

CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL MÉDICO COMENTADO

PAULO EDUARDO BEHRENS

Autor

Prefácio

Rui Licínio de Castro Paixão

Área específica

Ética Médica, Processo Penal e Processo Civil

Áreas afins

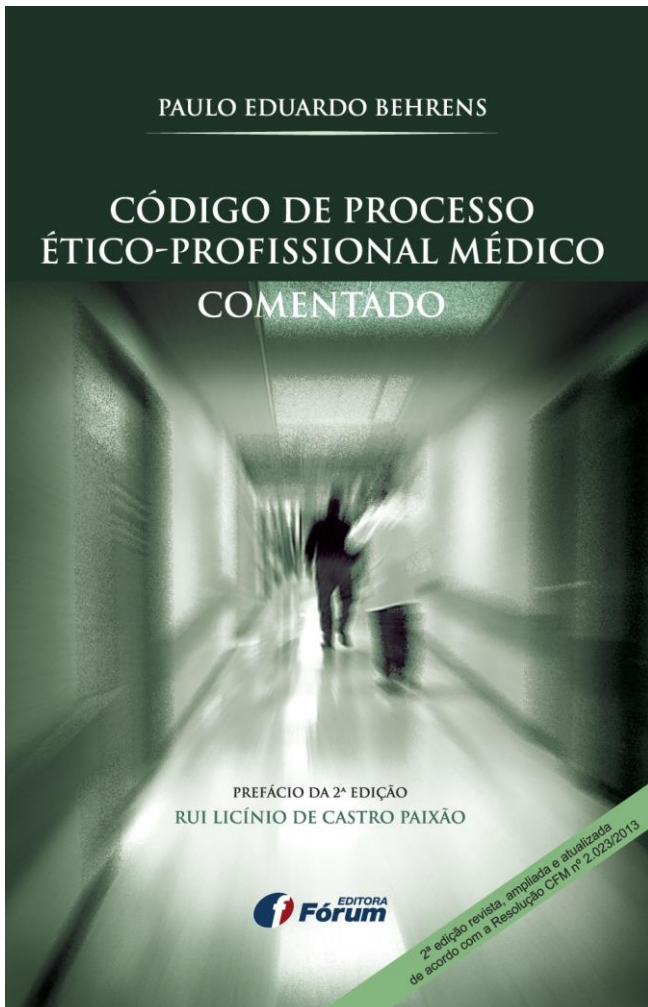
Licitação pública. Contratos administrativos.
Sustentabilidade. Direito ambiental. Administração
Pública.

Público-alvo

Conselheiros dos Conselhos de Medicina, Advogados
que atuam na área de Direito Médico e Médicos em geral,
Estudantes de Direito.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000812



O presente trabalho analisa o Código de Processo Ético-Profissional adotado pelos Conselhos de Medicina no julgamento dos processos administrativos disciplinares.

Ao início de cada capítulo resgata breve discussão teórica acerca do tema, com citações jurisprudenciais e doutrinárias que podem fundamentar as decisões prolatadas pelos Conselhos nos Processos Ético-Profissionais, na busca de sua uniformidade.

Por existir grande similaridade com o Processo Penal, a obra utiliza-o subsidiariamente, em razão das alterações garantistas promovidas por recente legislação em relação, principalmente, à adoção do modelo acusatório em substituição ao inquisitório.

Apresenta, ainda, críticas a alguns dos artigos constantes do Código de Processo Ético-Profissional, com sugestões, visando sua adequação à moderna processualística brasileira.

Ao final, levantamento na jurisprudência dos Conselhos das nulidades mais frequentemente arguidas, com sua fundamentação.

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
BEHRENS, Paulo Eduardo. Código de processo ético-profissional médico comentado. 2. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 351p.

B669c Behrens, Paulo Eduardo
Código de processo ético-profissional médico comentado / Paulo Eduardo Behrens. 2. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 351p.
ISBN 978-85-450-0080-8
1. Direito médico. 2. Ética médica. 3. Processo penal. I. Behrens, Ronaldo. II. Título.

CDD: 340.61069
CDU: 34:614.25

SUMÁRIO

Tábua de Abreviaturas.....	17
Prefácio da 2ª Edição Rui Licínio de Castro Paixão	19
Prefácio da 1ª Edição Ronaldo Behrens	23
Apresentação da 2ª Edição Frederico Ferri de Resende	25
Apresentação da 1ª Edição Roberto Luiz d'Avila	27
1 Introdução da 2ª Edição.....	29
Introdução da 1ª Edição.....	31
2 Resolução CFM nº 2.023/2013 (Publicada no DOU, de 28 de agosto de 2013, Seção I, p. 83-85) (Modificada pela Resolução CFM nº 2065/2013).....	33
Exposição de Motivos da Resolução CFM nº 2.023/13.....	35
3 Teoria Geral do Processo Ético-Profissional.....	37
3.1 Princípios constitucionais.....	39
3.1.1 Princípio da legalidade.....	41
3.1.2 Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	42
3.1.3 Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	43
3.1.4 Princípio do devido processo legal.....	45
3.1.5 Princípio da celeridade processual (ou da economia processual).....	46
3.1.6 Princípio da isonomia.....	48
3.1.7 Princípio da motivação das decisões.....	48
3.1.8 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	49
3.1.9 Princípio da inocência (ou da não culpabilidade).....	50
3.1.10 Princípio do juiz natural.....	51
3.1.11 Princípio da vedação de provas ilícitas.....	52
3.2 Princípios comuns do direito processual.....	53
3.2.1 Princípio da instrumentalidade das formas.....	53
3.2.2 Princípios da verdade formal e da verdade real.....	54
3.2.3 Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	55
3.2.4 Princípio da boa-fé e da lealdade processual.....	56
3.3 Síntese.....	57
4 Capítulo I – Do Processo Em Geral Seção I – Das Disposições Gerais (arts. 1º ao 6º).....	59
5 Princípios Fundamentais do Código de Ética.....	79
I – Não discriminação.....	80
II – Princípio do zelo, da beneficência.....	81
III – Boas condições de trabalho e justa remuneração.....	81
IV – Zelo pelo prestígio e bom conceito da Medicina.....	82
V – Aprimoramento do conhecimento.....	82
VI – Princípio da beneficência.....	83
VII – Autonomia profissional.....	83
VIII – Liberdade profissional.....	83

IX – Princípio da não mercantilização da Medicina.....	84
X – Exploração do trabalho médico.....	84
XI – Sigilo profissional.....	85
XII a XIV – Trabalho e meio ambiente.....	85
XV – Movimentos de defesa profissional.....	85
XVI – Limitação do trabalho médico.....	86
XVII – Relação com outros profissionais.....	86
XVIII – Relação com os colegas.....	86
XIX – Responsabilidade profissional subjetiva.....	87
XX – Relação de consumo.....	87
XXI – Relação com os pacientes.....	87
XXII – Paciente terminal.....	87
XXIII a XXV – Conhecimento científico, pesquisa e novas tecnologias.....	88
6 Seção II – Da Sindicância (arts. 7º ao 10).....	89
7 Teoria Geral da Prova –	
A Instrução Probatória.....	123
7.1 Conceito e objetivo.....	123
7.2 Natureza jurídica.....	125
7.3 Classificação.....	126
7.4 Provas imprestáveis.....	126
7.5 Princípios gerais das provas.....	129
7.5.1 Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	130
7.5.2 Princípio da aquisição ou comunhão das provas.....	130
7.5.3 Princípio da oralidade.....	130
7.5.4 Princípio do contraditório.....	130
7.6 Provas em espécie.....	131
7.6.1 Provas periciais.....	132
7.6.2 Interrogatório do acusado.....	133
7.6.3 Confissão.....	133
7.6.4 Perguntas ao ofendido.....	134
7.6.5 Prova testemunhal.....	134
7.6.6 Provas documentais.....	135
7.6.7 Índícios e presunções.....	136
7.6.8 Provas emprestadas.....	136
8 Seção III – Da Instrução do Processo	
Ético-Profissional (art. 11).....	137
9 Resposta em Forma de Defesa Prévia.....	145
9.1 Defesa indireta (ou defesa do processo).....	145
9.2 Defesa direta (ou do mérito).....	146
9.3 Síntese.....	147
9.4 Exceções.....	147
9.4.1 Suspeição.....	148
9.4.2 Incompetência.....	148
9.4.3 Litispêndência.....	148
9.4.4 Ilegitimidade de parte.....	149
9.4.5 Coisa julgada.....	149
10 Seção III – Da Instrução do Processo	
Ético-Profissional (arts. 12 ao 27).....	151
11 Aplicação da Pena.....	187
12 Seção IV – Do Julgamento do Processo	
Ético-Profissional (arts. 28 ao 38).....	195
13 Teoria Geral dos Recursos.....	217
13.1 Conceito.....	217
13.2 Fundamentos dos recursos.....	218
13.3 Princípios norteadores dos recursos.....	219
13.3.1 Duplo grau de jurisdição.....	219
13.3.2 Voluntariedade dos recursos.....	220

13.3.3 Vedação da <i>reformatio in pejus</i>	220
13.3.4 Disponibilidade dos recursos.....	221
13.4 Efeitos dos recursos.....	221
13.5 Pressupostos recursais.....	222
14 Seção V – Dos Recursos em Geral (arts. 39 ao 41).....	225
15 Seção VI – Da Execução das Penas (arts. 42 e 43).....	233
16 Seção VII – Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 44 e 45).....	235
17 Teoria Geral das Nulidades.....	241
17.1 Ato inexistente, nulidades absoluta e relativa.....	241
17.2 Princípios informadores da nulidade.....	243
17.2.1 Princípio da transcendência ou do prejuízo.....	244
17.2.2 Princípio da conservação dos atos processuais.....	245
17.2.3 Princípio da proteção.....	245
17.2.4 Princípio da instrumentalidade das formas.....	245
17.2.5 Princípio da convalidação dos atos e princípio da preclusão.....	246
17.2.6 Princípio do interesse.....	247
18 Seção VIII – Das Nulidades Processuais (arts. 46 a 51).....	249
19 Aspectos Gerais da Prescrição.....	257
19.1 Aspectos gerais, conceito e fundamentos.....	257
19.2 Espécies de prescrição.....	259
20 Capítulo II – Da Prescrição Seção I – Das Regras de Prescrição (arts. 52 a 56).....	261
21 Capítulo III – Da Revisão do Processo Seção I – Das Regras Gerais (arts. 57 a 60).....	279
22 Capítulo IV – Da Reabilitação Profissional Seção I – Das Regras Gerais (art. 61).....	291
23 Capítulo V – Das Disposições Processuais Finais Seção I – Das Comunicações Processuais (arts. 62 a 64).....	295
Seção II – Da Fluência dos Prazos (art. 65).....	302
Seção III – Das Degrações (art. 66).....	305
Seção IV – Da Entrada em Vigor (arts. 67 e 68).....	307
Referências.....	309
Apêndices.....	313
Apêndice A – Normatização do Rito Processual (proposta).....	315
Apêndice B – Nulidades no Código de Processo Ético-Profissional.....	317
Anexos	335
Anexo A – Resolução Cfm nº 1.605, de 15 de Setembro de 2000.....	337
Resolução Cfm nº 1.605/2000.....	337
Anexo B – Resolução Cfm nº 1.665, de 7 de Maio de 2003.....	339
Resolução Cfm nº 1.665/2003.....	339
Exposição de Motivos.....	343
Anexo C – Resolução Cfm nº 1.673/03.....	345
Anexo D – Resolução Cfm nº 1.987/12.....	347
Exposição De Motivos da Resolução Cfm nº 1.987/2012.....	351